



Formação em psicologia para igualdade racial: experiência de estágio em um Terreiro de Tambor de Mina

Academic education in psychology for racial equality: internship experience at a Terreiro de Tambor de Mina

La formation en psychologie pour l'égalité raciale : l'expérience de stage dans un Terreiro de Tambor de Mina

Ramon Luis de Santana Alcântara¹
Universidade Federal do Maranhão

Francisco Valberto dos Santos Neto²
Universidade Federal do Maranhão

Raabe Naftali de Sousa Araujo³
Universidade Federal do Maranhão

Resumo: Este trabalho tem como objeto de estudo uma experiência de estágio em Psicologia Social em um Terreiro de Tambor de Mina, situado em um quilombo urbano, em São Luís/MA. Objetiva analisar como a formação profissional pode ocupar um lugar estratégico nas políticas educacionais para igualdade racial. Como metodologia, utiliza-se do ensaio teórico, compreendendo-o como um exercício do pensamento que produz novos saberes. Como resultados, apontam-se: perspectivas para construção de uma Psicologia Afrocentrada brasileira; maior aproximação da Psicologia com saberes e questões do povo de terreiro; criação de espaço de agenciamento político em prol da igualdade racial entre estudantes. Considera-se que a experiência aponta a necessidade de docentes problematizarem as temáticas raciais na formação.

Palavras-chave: Psicologia Afrocentrada. Igualdade Racial. Religiões de Matriz Africana. Estágio. Políticas Educacionais.

Abstract: This paper studies an internship in Social Psychology at a *Terreiro* de Tambor de Mina, located at an urban quilombo, in São Luís / MA. The purpose was to analyze how professional training can influence educational policies for racial equality. The method for this study was the theoretical essay, understanding it as a thinking exercise that engenders new knowledge. As results, the following are remarked: perspectives for construction of a Brazilian Afrocentric Psychology; closer approximation of Psychology to the knowledge and issues of the people of *Terreiro*; the creation of a political agency for racial equality among students. It is considered that the internship experience indicates the need for teachers to problematize racial themes during graduation.

¹ Doutor em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão. Professor Adjunto da Universidade Federal do Maranhão. *E-mail:* ramon.lsa@ufma.br. *Lattes:* <http://lattes.cnpq.br/1620217203200891>. *ORCID:* <https://orcid.org/0000-0001-6759-7399>.

² Psicólogo graduado pela Universidade Federal do Maranhão. Mestrando em Psicologia pela Universidade Federal do Maranhão. *E-mail:* valbertosantos42@gmail.com. *Lattes:* <http://lattes.cnpq.br/1925488334262955>. *ORCID:* <https://orcid.org/0000-0001-9794-5550>.

³ Graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Maranhão. Bolsista em Iniciação Científica pela Universidade Federal do Maranhão. *E-mail:* raabearaujo7976@gmail.com. *Lattes:* <http://lattes.cnpq.br/5526603074771012>. *ORCID:* <https://orcid.org/0000-0002-8114-4617>.

Keywords: Afrocentric Psychology. Racial equality. Afro-Brazilian religions. Internship. Educational policies.

Resumé: Le but de cet article est de réfléchir sur une expérience de stage en psychologie sociale réalisé dans un *Terreiro* de Tambor de Mina situé à l'intérieur d'un *quilombo* urbain à São Luís, Maranhão. Cet essai souligne l'importance stratégique de la formation professionnelle des participants de ces communautés dans l'horizon des politiques éducatives pour promouvoir l'égalité raciale. En ce qui concerne la méthode, on fait usage de l'essai théorique comme exercice de la pensée qui produit des nouveaux savoirs. Concernant les résultats de la recherche, on identifie les efforts pour la constitution d'une psychologie afro-centrée brésilienne, une proximité plus marquée de la psychologie aux savoirs et aux questions du peuple du *Terreiro* et la création d'un espace d'agencement politique en faveur de l'égalité raciale chez les étudiants de psychologie. On est d'avis que l'expérience montre la nécessité de problématiser les thèmes raciaux lors de la formation des étudiants.

Mots-clés: Psychologie Afro-centrée. Égalité raciale. Religions basées en Afrique. Stage. Politiques éducatives.

Recebido em: 19 de junho de 2020

Aceito em: 21 de julho de 2020

1. Introdução

Este artigo visa articular uma experiência de estágio em um curso de formação em Psicologia, na Universidade Federal do Maranhão, realizada em um Terreiro de Tambor de Mina, em um quilombo urbano, com a discussão da formação política para a igualdade racial. A experiência ocorreu no ano de 2019, durante um estágio curricular, com 15 estudantes da graduação. A proposta consistia em apresentar um campo de atuação invisível para estudantes e professores, que acionasse proposições da Psicologia como uma ciência e uma profissão antirracista e comprometida com a igualdade racial.

Ao longo do texto, expomos a base histórica e teórica que fundamenta a proposta do estágio; apresentamos o contexto político, social, cultural, religioso e epistemológico em que a experiência ocorreu; ademais, apresentamos as reflexões oriundas dessa experiência, para afirmar a necessidade de uma Psicologia Afrocentrada⁴ como uma perspectiva teórica que fundamenta efetivamente uma atuação em prol da igualdade racial.

⁴ A proposta de uma Psicologia Afrocentrada ou uma Psicologia Negra advém da *Association of Black Psychologists* (Associação de Psicólogos Negros), fundada em San Francisco, Califórnia, em 1968. A pesquisadora Simone Nogueira apresenta a Psicologia Afrocentrada no Brasil como um exercício para pensar as questões da Psicologia

Metodologicamente, este trabalho se situa como um ensaio teórico⁵, produzido em um campo empírico específico. Visa não só relatar os fatos ocorridos, mas principalmente o processo de aprendizagem dos envolvidos, e uma contribuição epistemológica para a formação em Psicologia e para as políticas educacionais de igualdade racial, tendo como ponto de partida para tais reflexões os postulados de uma Psicologia Afrocentrada.

2. Breve histórico da relação entre a Psicologia e as questões étnico-raciais: pautas para uma formação antirracista

Para a discussão sobre as interfaces de uma formação que reconhece as questões étnico-raciais como basilares no campo da Psicologia, faz-se necessário um movimento de volta à história dessas relações, um delineamento sobre como esse passado se “presentifica”. Na tentativa de datar os primeiros estudos sobre as questões raciais e étnicas na produção de saber que atravessa a Psicologia, é comum definir como marco inicial os estudos do médico Raimundo Nina Rodrigues (1862–1906), que no final do século XIX visava descobrir os padrões de subjetividade dos negros brasileiros e suas influências nos índices de criminalidade, consolidando um “modelo psicofísico” (RODRIGUES, 2015).

Este se propunha a caracterizar e a inserir o negro brasileiro em uma condição subalterna, implicando diretamente na tese das consequências sociais “degeneradas” que a miscigenação poderia acarretar para a sociedade brasileira (SCHUCMAN; MARTINS, 2017). A Psicologia, utilizando-se desses saberes e correspondendo ao imaginário intelectual da época, consolida-se como ciência e profissão, promovendo testes que mensuravam a inteligência com base na medição de crânios, classificadores emocionais arbitrários, e justificando os problemas sociais com base nesses parâmetros psicométricos (CRP-SP, 2016).

O início do século XX é marcado por um giro dentro do mesmo escopo: a miscigenação brasileira, antes condenada pela sua capacidade de corromper um ideal de sociedade, agora é defendida como propulsor de um melhoramento sociocultural (CRP-SP, 2016). Com a produção de Gilberto Freyre (1900 – 1987) e de seus contemporâneos, fatores econômicos e

com base nos saberes africanos, seja de cunho acadêmico-filosófico, seja por meio dos saberes dos mestres das culturas tradicionais, como a capoeira e as religiões de matriz africana (NOGUEIRA, 2019).

⁵ Do ponto de vista metodológico, ao associar o relato de experiência ao ensaio teórico, propomo-nos ir além de uma simples narrativa de acontecimentos, para buscar a elaboração de uma reflexão teórica que nos permita produzir novos conhecimentos. O ensaio teórico, como estilo de escrita, busca exercitar o pensamento buscando novas possibilidades do assunto proposto, sem a pretensão de encerrar uma discussão, mas de inseri-la, de abri-la para novos confrontos e problematizações, ou seja, o ensaio “faz esperar uma renovação de perspectivas, ou ao menos a enunciação dos princípios fundamentais a partir dos quais um pensamento novo será possível” (STAROBINSKI, 2011, p. 14).

sociais são acrescentados aos critérios de categorização dos grupos raciais que compõem a sociedade brasileira, e há o surgimento da ideia de democracia racial, em que todas as raças estão em posição de igualdade e de bom convívio. E é somente após os anos 50, que posições mais críticas de pesquisa emergem, surgindo então o Projeto da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).

No Brasil, tal projeto foi encabeçado por Florestan Fernandes e Roger Bastide, que tinham como objetivo entender a profundidade da difundida democracia racial e tendo como resultado, posteriormente, a descoberta de que “é a desigualdade social brasileira que fomenta uma desigualdade racial” (SCHUCMAN; MARTINS, 2017, p. 177).

Com a guinada do resultado do Projeto Unesco para rumos diferentes da produção intelectual da época que desconsiderava o racismo como constituinte da sociedade, os anos 50 simbolizam a quebra da lógica de democracia entre os diferentes grupos étnico-raciais. Já nas décadas de 70 e 80, consolida-se o posicionamento crítico de reflexão aos formatos sociais racistas. Seguindo as urgências, a Associação Brasileira de Psicologia Social (Abrapso) é formada como meio de integrar as demandas oriundas dos movimentos sociais e de uma parcela da Psicologia que buscava um comprometimento com as referidas temáticas. Nos anos 90, iniciam-se os trabalhos que se curvam para a branquitude, objetivando entender como o racismo e a história escravocrata formulam a subjetividade da pessoa branca e as suas formas de entender o mundo com base nesse prisma.

Com a chegada dos anos 2000, o Sistema Conselhos de Psicologia se organiza de forma mais objetiva para atender a demanda de pensar as questões étnico-raciais, com a formulação de portarias e normativas que reposicionassem a categoria de um lugar de convivência ao de enfrentamento. Em 2002, com a pressão advinda da interlocução dos movimentos sociais com a comissão de direitos humanos do Conselho Federal de Psicologia (CFP), o Sistema Conselhos acirra seu posicionamento político com a luta antirracista, lançando uma campanha com o slogan “preconceito racial humilha, a humilhação faz sofrer”, promovendo eventos e manifestações em todo o Brasil (CRP-SP, 2016). No mesmo ano é formulada a Resolução nº 018/2002 (CFP, 2002), pela psicóloga Maria de Jesus Moura, que buscava nortear os profissionais da área, pautando o combate ao racismo como princípio ético da atuação profissional em Psicologia (CRP-SP, 2016). Fruto dessa história, em 2017 é lançado pelo CFP o documento “Relações Raciais: Referências Técnicas para a Prática da (o) Psicóloga (o)” que reúne uma síntese teórica sobre a história do racismo no Brasil e os

conceitos fundamentais para uma atuação profissional compromissada com a luta antirracista. Nesse documento, o CFP (2017, p. 6) afirma que

[...] assume o compromisso de combate ao racismo, levando este discurso também aos diferentes espaços nos quais tem inserção. Para isso, desenvolve ações de reafirmação da Declaração Universal de Direitos Humanos, do Código de Ética de Psicólogos e Psicólogas e, especialmente, da Resolução CFP nº 18/2002, que há quinze anos estabelece normas de atuação para as (os) psicólogas (os) em relação a preconceito e discriminação racial, e que conta com um Grupo de Trabalho no Sistema Conselhos de Psicologia, desde dezembro de 2012, voltado a evidenciá-la.

O mote deste artigo é possibilitar que esse compromisso realizado via Conselho Profissional seja materializado no âmbito educacional. Mas uma questão se coloca: se há uma resolução e um compromisso do CFP para o enfrentamento ao racismo, de que maneira esse posicionamento político pode ser efetivado dentro da esfera formativa educacional?

Sendo assim, de Nina Rodrigues até as recentes campanhas e produções acadêmicas que têm como premissa o combate ao racismo, a trajetória que a Psicologia percorre no Brasil sempre esteve atravessada pelas relações étnico-raciais, em maior ou menor escala. O que muda nessas diferentes narrativas ao longo do tempo? Entre outras coisas, o ângulo. Reflexo de uma elite intelectual branca e que pensa com as lentes da branquitude, as teorias raciais que moldaram o início da Psicologia no Brasil dizem mais sobre quem escreve do que sobre quem se pretende “descrever”. Com a urgência de espaços de escuta de outros grupos antes silenciados, com a presença de uma maior diversidade étnico-racial nas universidades através da política de cotas, a fala nos últimos anos advém de outros narradores, os que contam as suas próprias histórias. E, apesar da jornada em metamorfose, as ações combativas a esses traços do passado, que se “presentificam”, restringem-se a uma parcela.

Posto isso, o espaço de formação profissional faz-se pungente e são imprescindíveis ações que objetivam repensar criticamente a Psicologia como ciência e profissão, sobre quais conhecimentos são legítimos, quais vozes são autorizadas e quais formatos de conhecimento são aceitáveis. “O currículo é também um discurso” (SILVA, 1995 citado por GOMES, 2019, p. 227) e as informações contidas nele constroem posicionamentos de futuras (os) psicólogas (os), seja o da convivência ou do combate. Formar psicólogas (os) antirracistas, com base na perspectiva negra, é uma ação política para a igualdade racial.

2. “A Psicologia Social no Quilombo”⁶: o Tambor de Mina como campo de estágio

O bairro da Liberdade é pertencente a São Luís, localizando-se próximo ao centro comercial da cidade, tendo ao seu redor bairros como Fé em Deus, Diamante e Camboa. Conta-se que seu surgimento remonta ao ano de 1918, no qual a população negra, descendente de africanos escravizados, migrou da Baixada Maranhense para essa localidade, sendo sua constituição, como bairro, emaranhada pela história escravagista do Maranhão. A partir da segunda metade do século XVII, através do pedido do padre Antônio Vieira em 1661, passa a ter a introdução de africanos escravizados no Maranhão. Esse tráfico humano inseria-se no projeto econômico colonial com fazendas de algodão, de açúcar, de arroz, dentre outras atividades sustentadas através da escravidão, bem como permitia a integração das posses coloniais (COSTA, 2018).

O Maranhão foi um dos estados que mais fez uso de africanos escravizados, constituindo-se dentro dos principais centros econômicos do Brasil durante o século XVIII. Estima-se que durante o século XIX, “dos 200.000 habitantes do Maranhão, 66,6% eram escravos, o percentual mais elevado no Brasil” (MALIGHETTI, 2014, p. 36). Esse contexto, com todos os desdobramentos históricos posteriores que envolvem aspectos sociais, econômicos e políticos, levaram a migração da população afrodescendente para outros lugares do estado, elaborando modos de vida, narrando ancestralidade, e outros elementos existenciais para a atualização de suas vidas. Nesse emaranhado se constitui o bairro da Liberdade que, no ano de 2019, passou a ser o Território Liberdade Quilombola, reconhecido como quilombo urbano pela Fundação Palmares.

A principal religião de matriz africana existente na Liberdade é o Tambor de Mina, a qual surge no Maranhão no século XIX, com a fundação da Casa das Minas (Jeje) e da Casa de Nagô, em São Luís. Com essa chegada, outros terreiros são abertos, como o Terreiro do Egito, de onde descendem o Terreiro de Iemanjá e a Casa Fanti-Ashanti, por exemplo, e, posteriormente, o Ilê Ashé Ogum Sogbô (descendente do Terreiro de Iemanjá), dentre outros. Segundo Lindoso (2007, p. 115), “vemos que a tradição ao ser associada às religiões afro-brasileiras, especialmente ao Tambor de Mina no Maranhão está ligada as heranças de algumas ‘nações ou grupos étnicos’, dentre eles os Jeje, Nagô [...]”. Portanto, essas duas nações compõem

⁶ A frase “A Psicologia Social no Quilombo” foi utilizada por membros do Centro de Tambor de Mina Ilê Ashé Ogum Sogbô, onde o estágio foi realizado. O termo “Quilombo” faz alusão ao bairro da Liberdade, reconhecido como quilombo urbano na cidade de São Luís, Maranhão.

as matrizes que engendram o Tambor de Mina como religião de matriz africana praticada no Maranhão, com base na incorporação de Voduns, Orixás, Caboclos e outras entidades:

Uma das características fundamentais, assim como as demais religiões de matrizes africanas praticadas no Brasil, é o transe ou a possessão, que usualmente costuma ocorrer em rituais onde as entidades espirituais homenageadas e cultuadas são invocadas e “recebidas” pelos Filhos e Filhas de santo, Pais e Mães de santo (FERRETTI, 1985, p. 37).

O culto aos Orixás e Voduns na África não é homogêneo, ou seja, cada nação, grupo étnico, possui sua organização (VERGER, 2002). O mesmo ocorre com as religiões de matriz africana no Brasil, além disso, cada terreiro de Tambor de Mina possui suas singularidades e seus fundamentos próprios (LINDOSO, 2007), portanto, pensa-se em termos de diferença e de singularidade. No Tambor de Mina maranhense cultuam-se os deuses africanos, Voduns e Orixás, bem como entidades espirituais conhecidas como Caboclos, Gents, Princesas, dentre outros.

O Ilê Ashé Ogum Sogbô é um centro de Tambor de Mina localizado no bairro da Liberdade, na rua Nossa Senhora das Graças, e é zelado desde sua abertura, em 24 de junho de 1985, pelo Babalorixá Airton Gouveia, Pai Airton. Seu modelo ritualístico é parecido com o do local onde Pai Airton foi “feito no santo” para Ogum, através de Pai Jorge Itaci de Oliveira, conhecido como Jorge da Fé em Deus ou Jorge Babalaô, do Terreiro de Iemanjá (LINDOSO, 2007). O nome do Ilê Ashé Ogum Sogbô é referência às duas entidades donas da Orí (cabeça) de Pai Airton, Ogum Abá e Nochê Sogbô, que regem o Ilê (casa).

Segundo Sérgio Ferreti, os “Terreiros nucleares das tradições afro-brasileiras, fundados no século passado ou em inícios desse século e que se continuam até hoje, são inegavelmente focos dinâmicos de resistência cultural” (FERRETTI, 1995, p. 107). As atividades no Ilê Ashé Ogum Sogbô englobam, além dos toques de tambor seguindo o seu calendário ritualístico, aspectos políticos, sociais e vertentes da saúde para atendimento à comunidade da Liberdade, dentre essas atividades, discussões sobre as relações étnico-raciais se fazem presentes com o intuito de fortalecer o pertencimento a identidade negra, afro-brasileira. Se o terreiro é o local onde os deuses ancestrais africanos “descem” fazendo daquele território um espaço de circulação do Axé, força vital, ele também é um território de resistência e de fortalecimento identitário contra as forças que tentam obliterar territórios existenciais através do racismo e os seus desdobramentos.

3.1 A proposta do estágio

No segundo semestre de 2019, buscando caminhos para a construção do componente curricular “Estágio Básico em Psicologia Social”, ofertado para discentes do terceiro período de graduação em Psicologia e vinculado ao Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Maranhão, pensamos em algumas possibilidades de campo para realizá-lo, uma vez que este compreende 25 horas para atividade em campo e 20 horas em sala de aula. Pretendíamos que o estágio estivesse focado na temática étnico-racial em profundo diálogo com o processo de formação profissional, pautado em um viés antirracista com vista à igualdade racial. Nesse sentido, trabalhamos em sala de aula textos que abordavam a temática racial, a construção do Brasil desde a violência colonial, o racismo e, principalmente, a filiação do saber psicológico a um projeto de manutenção de desigualdades, como o próprio CFP constata:

[...] a Psicologia brasileira posicionou-se como cúmplice do racismo, tendo produzido conhecimento que o legitimasse, validando cientificamente estereótipos infundados por meio de teorias eurocêntricas discriminatórias, inclusive por tomar por padrão uma realidade que não contempla a diversidade brasileira (CFP, 2017, p. 75).

Nesse diagnóstico e avaliação, o qual, “hoje em dia, a Psicologia mantém-se ainda conivente com a perpetuação desse olhar” (CFP, 2017, p. 76), partimos para o engendramento de um processo em que a necessidade de mudança na formação profissional é fundamental, pois compreendemos que a formação é o espaço de ação das políticas educacionais para a igualdade racial. Alicerçados nessas considerações, buscamos um espaço onde pudéssemos estar presentes, ou seja, fomos buscar o campo. Dentre possíveis lugares que se abriam e fechavam, chegamos ao Centro de Tambor de Mina Ilê Ashê Ogum Sogbô. Inicialmente, enviamos mensagem ao Pai de Santo da casa, Pai Airton, o qual nos recebeu em uma data previamente estabelecida para que apresentássemos a proposta do estágio.

Nesse primeiro momento, apresentamos a possibilidade de realizarmos rodas de conversa que tivessem como tema as questões étnico-raciais e a Psicologia, nas quais participariam tanto a comunidade interna do Ilê quanto a externa, ou seja, do bairro da Liberdade. Nessa apresentação da proposta obtivemos o aceite de Pai Airton para iniciar o trabalho, o qual, segundo ele, comporia um leque de outras atividades sociais para a comunidade desenvolvidas pelo Ilê, dentre elas: atenção à saúde da população negra, discussões sobre racismo e sobre as religiões de matriz africana como espaço de resistência contra o racismo. Assim, as atividades do estágio no terreiro aconteceram em seis encontros, com cada

um durando em torno de duas horas e tendo em média dez participantes (com características variadas, pelo motivo que será explicitado adiante).

A proposta inicial era realizar seis encontros com 10 a 15 jovens do bairro, sobre as seguintes temáticas: construção da identidade étnico-racial; saúde mental da juventude negra; enfrentamento ao racismo; relações étnico-raciais e subjetividade; projetos de futuro da juventude negra. Para o primeiro encontro, o pessoal da casa havia ficado responsável por fazer a chamada dos jovens. Chegando lá, no dia e no horário agendados, os jovens não tinham comparecido, e nesse momento há uma primeira aprendizagem: foi nos dito que no dia disponibilizado para as atividades do estágio, sextas pela manhã, os jovens ou estavam nas escolas ou trabalhando. Mais tarde, os estagiários analisaram como o tempo para cuidado de si é atravessado pela questão social e racial, visto que enquanto eles tinham o dia inteiro para estudo, cuidados e atividades de lazer, os jovens que eram públicos-alvo do estágio não possuíam o privilégio de um turno livre. Mas, nesse momento em que percebemos que o público idealizado não seria possível, descobrimos que se abria ali uma possibilidade de encontro e de comunicação com algo tão enriquecedor quanto.

Na impossibilidade de ter os jovens nos encontros, Pai Airton foi chamando os Filhos de Santo da casa, pessoas do bairro que ajudam o local, membros de outras casas, pessoas do movimento negro da cidade e de outras cidades circunvizinhas. Foi nesse momento que o processo de formação em uma Psicologia antirracista se intensificou. Percebemos que “os jovens” a aprender eram os estagiários. A cada sexta-feira nos sentávamos em roda com esse público bem variado, para termos aulas dialogadas sobre aqueles temas supracitados, com base na experiência negra. Falas riquíssimas que deixavam os estagiários encantados em todos os encontros. Se eles tinham entrado em um novo universo, ao pela primeira vez entender a Psicologia como uma ciência e profissão, que tem como pauta a questão racial, baseados nos textos estudados previamente, é no encontro com a vida negra, que essa realidade produz um colorido, ainda mais vívido, para esses jovens (negros e brancos). Por outro lado, era oportunizado, nesses encontros, entrar com a Psicologia nesse universo, desconstruindo cristalizações sobre o fazer psicológico que a história da ciência havia popularizado e que sempre funcionou como uma linha de separação da Psicologia com as causas sociais e negras.

Ao final do estágio, em uma apresentação na Mostra do Estágio do curso, apresentamos o trabalho desenvolvido e, nos relatórios finais, os estagiários puderam sintetizar o processo de aprendizagem. Tivemos retornos sobre a ressignificação das suas identidades étnico-raciais; de um encontro com suas espiritualidades; uma real compreensão da vida de um bairro que é

tão próximo a todos, mas tão distante nas relações por conta dos preconceitos; uma ruptura com o racismo religioso; outra leitura sobre a atuação em Psicologia, tomando as questões étnico-raciais como pauta; o aprendizado de um universo histórico, cultural, religioso africano e afro-brasileiro que era desconhecido, até pelos estagiários que se declaravam negros; a percepção de ter também contribuído para a releitura das pessoas que ali estavam sobre o papel da Psicologia no campo social; entre outros relatos que, na sua integralidade, apontavam a experiência como um marcador pessoal e formativo extremamente significante.

Um ponto importante do encontro da proposta desse estágio com o Ilê é a existência de estudos desenvolvidos dentro do grupo de pesquisa, que desenvolvíamos desde 2016, que versam sobre decolonialidade⁷, diversidade, Psicologia Afrocentrada e racismo. A referida experiência se situa dentro de um processo de alargamento que atua na formação crítica antirracista de psicólogas (os), pautando-se em diálogo com outras epistemologias e saberes, assim, “não há como não defender a inclusão da perspectiva do enegrecimento, na formação do psicólogo, se isso é tão importante para a compreensão da saúde integral da população negra” (SANTOS, 2019, p. 168).

A introdução da Psicologia Afrocentrada nesse processo também se direciona no desmoronamento de práticas naturalizadas da Psicologia que atuam na manutenção do racismo, abrindo, assim, a formação de psicólogas (os) para outros mundos possíveis, outros modos de vida. Na primeira roda de conversa realizada no Ilê, assim nos disseram, “é o tempo da Psicologia entrar no Terreiro, a Antropologia e Sociologia faz tempo que está aqui”, nessa mesma direção Pai Airton nos disse durante outra roda de conversa: “Exu é isso daqui, é comunicação, é círculo, é porta, é caminho”. Portanto, é através dessa compreensão que o saber de terreiro adentra a Psicologia e faz circular uma destabilização daqueles pressupostos teóricos que se remetem ao saber do homem branco e que subalternizam outros saberes, outros modos de vida. Isso não é longínquo de uma premissa antropológica, a qual deve ser levada a sério pela Psicologia, a de que

a antropologia é uma ciência empírica e que, nela, o material empírico deve guiar as problematizações e as conceptualizações. Com o adendo de que esse material empírico envolve necessariamente o que as pessoas pensam e têm a dizer sobre o que acontece com elas mesmas e com os outros, uma vez que a

⁷ O conceito de decolonialidade foi proposto por alguns pensadores latino-americanos, entre eles Walter D. Mignolo e Anibal Quijano. A crítica decolonial pressupõe que tanto nossas relações de poder, quanto a produção de saber, e mesmo nossa compreensão sobre os modos de ser estão engendradas por uma perspectiva colonial que classifica a humanidade em torno da raça, elevando o que é branco/europeu a um patamar de fim último da civilização, em detrimento da história e dos saberes dos outros povos, como os indígenas e os africanos. Uma atitude decolonial, nesse sentido, é deixar de pensar através da visão de mundo hegemônica moderna/colonial, e passar a se comprometer com a libertação dos povos originários, dos povos africanos e da diáspora, em seu aspecto ontológico, epistemológico e político.

antropologia deve estar sempre subordinada à palavra nativa, de tal modo que seu discurso não tenha privilégio algum em face daqueles com quem trabalha (GOLDMAN, 2015 p. 650).

Levar a sério o que as pessoas pensam e fazem, sem obliterar os possíveis, mas sim privilegiar o espaço da criação e da desestabilização do pensamento através do outro. Esse levar a sério o que dizem e o que pensam não está distante do principal *métier* da Psicologia, o ato de escutar. Através da escuta, tão discutida no estágio com o grupo, é possível potencializar os encontros e, sobretudo, desfazer-se da roupagem epistemológica ocidental, para que sejamos guiados por outros caminhos de aprendizagem, ou como preferirem, sermos “cavalos” de uma outra força, não mais aquelas correntes psicológicas tradicionais, mas da força do enegrecimento, permitir-se ser incorporado pela ancestralidade.

4. Reflexões para a formação em Psicologia para igualdade racial com base na experiência do estágio

Entre as experiências necessárias para a construção de uma formação profissional, em tese, o estágio é o momento de diálogo dos cursos com os campos sociais de atuação. Desse modo, indo de encontro com o modelo tradicional de que esse momento constitui um descolamento da teoria em direção à prática, o estágio, agora como local de conhecimento, traduz-se também numa “atividade de pesquisa” (LIMA; PIMENTA, 2006, p. 6), tempo de investigação sobre o que se pretende como profissional dentro dos currículos disciplinares e como esse projeto se adequa à realidade do campo. Dito isso, entre os pontos de discussão que emergiram com o Estágio Básico em Psicologia Social, um deles se refere à falta de espaços de diálogo entre os saberes acadêmicos e comunitários, dificultando a premissa inicial da concepção de estágio que é o dinamismo entre essas duas esferas.

Em uma sociedade fundamentada e estruturada na discriminação étnico-racial, um dos meios para que essa lógica se mantenha é através do racismo institucional, ou seja, a reprodução de práticas racistas mais sutis através das instituições (ALMEIDA, 2019). Logo, quando se fala do acesso da Psicologia às comunidades tradicionais, de terreiro, falamos fundamentalmente de um problema que antecede a atuação profissional e diz respeito ao funcionamento das entidades formadoras e como estas negligenciam diferentes grupos étnico-raciais. O estágio, em moldes tradicionais, posto em prática como o momento de reprodução de técnicas baseadas em perspectivas teóricas eurocêntricas, nunca atenderá outros ângulos

existenciais senão àqueles em que se basearam. Pensar o estágio de modo técnico afasta o estudante da realidade do exercício da profissão

[...] uma vez que as disciplinas que compõem os cursos de formação não estabelecem os nexos entre os conteúdos (teorias?) que desenvolvem e a realidade nas quais o ensino ocorre. A exigência dos alunos em formação, por sua vez, reforça essa perspectiva, quando solicitam novas técnicas e metodologias universais, acreditando no poder destas para resolver as deficiências da profissão e do ensino, fortalecendo, assim, o mito das técnicas e das metodologias (LIMA; PIMENTA, 2006, p.10).

E quando se discute planos acadêmicos e currículos disciplinares podemos encontrar as raízes de algumas dessas questões. Como exposto anteriormente, a sistematização de um curso de formação profissional transmite o que se espera de um profissional formado em um saber ocidental branco, portanto, na falta de interlocução entre teorias e pautas antirracistas objetivas, a ação do racismo se reproduz e permanece. Como fruto de um processo colonizador, as instituições acadêmicas reproduzem essas imposições que não apenas se enraizaram e hoje refletem essa historicidade, mas que são partes constitutivas delas. E nessa narrativa, quem conta a história é o currículo:

O currículo não se restringe à transmissão de conteúdos, ideias e abstrações. Ele diz respeito a experiências e práticas concretas, construídas por sujeitos concretos, imersos nas relações de poder [...] O currículo é também um discurso que, ao corporificar narrativas particulares sobre o indivíduo e a sociedade, participa do processo de constituição dos sujeitos (SILVA, 1995 citado por GOMES, 2019 p. 227).

É nesse sentido que os currículos trazem consigo noções sobre quem pode discursar sobre si e quem pode apenas ser representado, o que Chauí (2016, p. 248) chama de “regra de competência”, ou seja, normas prévias que designam quem é legitimado e de que forma pode-se contar ou silenciar narrativas. Esses regulamentos engendrados nas lógicas brancas e eurocêntricas de pensamento, das quais a Psicologia majoritariamente se encontra, possuem, portanto, capacidade de forjar subjetividades e práticas colonizadoras que, se direcionadas para o âmbito acadêmico, fixam noções particulares de raça e de etnia que representam somente aquilo que foi legitimado como aceitável. A escuta, via basilar da prática psicológica, é seletiva e é por meio dessa seletividade que a possibilidade de um diálogo amplo e multilateral é complexa.

É sabido que o processo de colonização compreende um fator de mensuração ontológica, no qual a régua do mundo e as unidades de medida estariam preservadas no seio da conformação da epistemologia moderna ocidental. Silvio Almeida (2019) nos lembra que foi com o projeto iluminista que se empreendeu a “construção de um saber filosófico que tem o

homem como seu principal objeto” (ALMEIDA, 2019, p. 20, grifo do autor), o qual é subordinado às premissas cartesianas. No entanto, o homem do iluminismo, além de ser o sujeito cognoscente, ou seja, sujeito do conhecimento, ele também se forma como objeto dessa mesma investigação. Assim, “o iluminismo constitui as ferramentas que tornariam possível a *comparação* e, posteriormente, a *classificação*, dos mais diferentes grupos humanos a partir de características físicas e culturais” (ALMEIDA, 2019, p. 20, grifo do autor).

É sob esse regime que a Psicologia passa a se constituir como um campo de saber e de estudos, diretamente sustentada nas bases da epistemologia moderna, como aponta Nobles: “a razão de ser da psicologia ocidental como disciplina se resume, em grande medida, a alimentar e sancionar o regime político imperialista e racista que a inventou” (NOBLES, 2009, p. 278). Assim, a Psicologia possui filiações com práticas mantenedoras do racismo estrutural, desconsiderando os “processos de subjetivação não-brancos” (VEIGA, 2019, p. 245). Nesse sentido Abdias Nascimento (2009) pergunta:

Como poderiam as ciências humanas, históricas – etnologia, economia, história, antropologia, sociologia, psicologia e outras – nascidas, cultivadas e definidas para povos e contextos socioeconômicos diferentes, prestarem útil e eficaz colaboração ao conhecimento do negro, à sua realidade existencial, aos seus problemas, aspirações e projetos? Seria a ciência social elaborada na Europa e nos Estados Unidos tão universal em sua aplicação? (NASCIMENTO, 2009, p. 206).

Em uma possível aproximação metodológica com Renato Sztutman (2009), ao problematizar se o regime ontológico ocidental serve para explicar a operação ontológica das cosmopráxis indígenas, reservadas as particularidades entre indígenas e negros, esse problema de pesquisa cujo desdobramento é intenso, pode ser transposto para pensar uma das questões deste artigo. Portanto, será que a Psicologia, no bojo de sua conformação europeia e estadunidense, serve para explicar as demandas vividas pela população negra? A resposta, como há de ser, é não. Primeiro, porque é esse processo ocidental, o da modernidade e seu lado escuro, a colonialidade, que engendram o racismo produzindo sofrimento e violência contra os negros, desde a diáspora, passando por políticas de introjeção do embranquecimento, aos seus desdobramentos políticos, sociais e psíquicos presentes. Segundo, porque os sintomas que afetam a população negra são inaudíveis pelos ouvidos do mundo moderno, colonial, racista. Como canta Mateus Aleluia: “Eu que vinha de outras terras/Tratando das minhas feridas/Trazidas de uma vida aflita/Meus traumas Freud não explica⁸”.

⁸ Trecho da música “Fogueira doce”, de 2017.

Anjos (2008) defende que nas religiões de matriz africana “há uma lógica substancialmente diferente das cosmovisões ocidentais” (ANJOS, 2008, p. 81), a qual já se manifesta nos estudos empreendidos por Roger Bastide ao constatar que o pensamento presente nos terreiros não corresponde a princípios que são inerentes ao pensamento ocidental, como “ao princípio da identidade e da não-contradição” (BASTIDE, 1989 citado por ANJOS, 2008, p.81). No processo de compreensão da concepção de pessoa nas religiões de matriz africana, essa assimetria se torna ainda mais pulsante. Autores como Anjos (2008), Flaksman (2016) e Goldman (1984), guardadas as diferenças entre cada campo empírico de trabalho, apontam para a constituição da pessoa na qual o Orixá não é um arquétipo ou um fragmento de ligação entre o corpo espiritual e o material (imagem da dicotomia), mas sim elemento existencial constituinte da pessoa, em que “[...] a formação da pessoa se dá na soma das histórias envolvendo seres humanos e não humanos – os enredos – que compõem a sua vida” (FLAKSMAN, 2016, p. 19).

A Psicologia precisa estar atenta aos enredos, aos processos de *feitura* que não correspondem à imagem moderna hegemônica. Nesse sentido, Veiga (2019) escreve que precisamos estar atentos, sobretudo, “a concepção de que o que se passa no mundo nos atravessa e produz subjetividade” (VEIGA, 2019, p. 244) e que o sofrimento não se forma na ordem individual, mas em um intenso processo de cruzamentos políticos, ou seja, sua sobre-determinação é social e histórica. “Nosso inconsciente é colonial. O sucesso da colonização se baseia na capacidade não apenas de colonizar territórios geográficos, mas na capacidade também de colonizar territórios existenciais” (VEIGA, 2019, p. 244). O racismo adoece tanto as marcas da escravidão, quanto os desdobramentos da política do embranquecimento atuam no adoecimento psíquico da população negra, como aponta Nobles (2009):

O processo de “embranquecimento” tem funcionado por cerca de 115 anos. Evidentemente, cem anos de ‘embranquecimento’ causaram mais danos psíquicos nos africanos do que quatrocentos anos de escravidão racista e dominação colonial (NOBLES, 2009, p. 287).

O embranquecimento introjeta um não pertencimento a si mesmo em detrimento a um desejo alienígena (de um outro mundo) em se tornar aquilo que jamais poderá ser. É preciso olhar para si, como Oxum, e nesse espelho, reconhecer-se. No entanto, “o racismo produziu uma autoimagem turva, prejudicando a mais fundamental capacidade de amar: o amor-próprio” (VEIGA, 2019, p. 247). Esse é um dos pontos em que se situa a proposta de uma Psicologia Afrocentrada, devolver a imagem de si próprio, do seu pertencimento ancestral. Sabemos que esse processo não é

suficiente, mas sigamos as indicações de Fanon (2008) a respeito de seu trabalho clínico: “devo ajudar meu cliente a conscientizar seu inconsciente, a não mais tentar um embranquecimento alucinatório, mas sim a agir no sentido de uma mudança das estruturas sociais” (FANON, 2008, p. 95).

Nesse sentido, aquilombamento⁹ se apresenta como uma estratégia de permanência e retomada:

Retomadas que devem ser entendidas literalmente no sentido proposto por Isabelle Stengers para a noção de “reclaim”: não simplesmente lamentar o que se perdeu na nostalgia de um retorno a um tempo passado, mas sim recuperar e conquistar ao mesmo tempo, “tornar-se capaz de habitar de novo as zonas de experiência devastadas” (GOLDMAN, 2015, p. 656).

É o cuidado de si, do próximo e de enfrentamento do modo de operação que engendra o racismo, porque se o embranquecimento opera há séculos, diversos processos contra o branqueamento também operam. Aquilombamento, nesse sentido, comporta um sentido terapêutico, especialmente um “recentramento” psíquico (NOBLES, 2009).

Portanto, a Psicologia precisa afrocentrar-se, constituir prática e fundamentação epistemológica baseada na África, no uso de uma epistemologia que compreende a dimensão cultural para pensar problemas científicos culturalmente próximos, como é o caso, a nosso ver, das Ciências Humanas no Brasil. Uma Psicologia Afrocentrada seria, mais ou menos, como dizem nos Terreiros, a epistemologia africana ocupar a Psicologia “como um espírito *se ocupa* de um *cavalo de santo*” (ANJOS, 2008, p. 78, grifo do autor).

Portanto, assumir um processo de formação antirracista significa estar atento aos processos de subjetivação e, principalmente, assumir um lugar de estudos onde o *a priori* colonial da Psicologia passe por uma formulação crítica rigorosa baseada nas epistemologias historicamente subalternizadas, confrontando a arquitetura curricular dos cursos de Psicologia que se edificam em uma matriz colonialista (VEIGA, 2019). É nesse sentido que falamos em um saber afrocentrado e de consideração política do aquilombamento. Tais elementos, entrelaçados no processo de formação do profissional em Psicologia podem oferecer instrumentos de intervenções sociais vigorosos no que tange à saúde mental da população negra.

5. Considerações finais

⁹ Aquilombamento refere-se ao poder transformacional e de resistência dos quilombos. Segundo Veiga (2019, p. 243): “As fugas e construções de quilombos garantiram o restabelecimento do senso de identidade e de coletividade permitindo que, por piores que fossem as condições de vida, muitos sobrevivessem e inscrevessem em terras brasileiras as heranças culturais da África”. Nesse sentido, a prática do aquilombamento emerge como uma das linhas desse processo de resistência política, na qual o afeto, o autocuidado, a compreensão dos eventos que sobredeterminam a realidade, a construção coletiva etc., permitem a elaboração de lutas antirracistas.

Com base na emergência do envolvimento da Psicologia com a saúde mental atrelada às questões identitárias da população negra no Brasil, como podemos construir fundamentos para uma Psicologia Afrocentrada brasileira? Para operacionalizá-la, alicerçamo-nos em alguns comentários do Nobles (2009), que destacam que “o importante da herança religiosa encontrada no Brasil não são as práticas religiosas ou os sincretismos, mas a manutenção de uma conceitualização africana do que significa ser uma pessoa ou um ser humano” (NOBLES, 2009, p. 281). O psicólogo afro-americano ainda pontua que uma Psicologia construída com os saberes africanos permite “uma compreensão mais precisa no contexto afro-Brasil, dos quilombos, do candomblé e dos orixás como evidências do impulso revolucionário e do impulso inspirativo que revelam e iluminam o espírito africano no Brasil, fonte de saúde mental e do bem-estar dos afro-brasileiros” (NOBLES, 2009, p. 293). Em síntese, Nobles (2009) argumenta que é necessário investigar essa noção de sujeito presente nas religiões de matriz africana no Brasil para compreender a construção de uma Psicologia que possa problematizar nossas relações étnico-raciais e atuar na perspectiva de que “nossa tarefa é curar toda a raça” (NOBLES, 2009, p. 291).

Levando em consideração esses princípios, a experiência do estágio, escrita em coautoria com os saberes de terreiro, permitiu que os estagiários fossem os principais agentes transformados. Seus relatos giraram ao redor da desconstrução que essa encruzilhada possibilitou para pensarem novas perspectivas de atuação em Psicologia para além das áreas de atuação já estabelecidas e elencaram pontos fundamentais que envolvem uma necessidade de atualização conceitual de postulados do saber psicológico que possibilitem essa atuação, centrada na compreensão de outros modos de composição existencial. Se num banho de folhas se transmite o Axé e limpa a Orí, esse encontro, suscintamente, foi a construção do Ebó para abrir novos caminhos e fazer circular novas ideias para a Psicologia. Se ainda a Psicologia encontra dificuldade empírica para desconstruir sua herança colonial racista, perspectivamente acreditamos que o processo de aprendizagem que esses 15 graduandos tiveram no terreiro irá ressoar durante toda sua formação e em sua atuação profissional. Nesse sentido, defendemos que urge um compromisso dos agentes formadores em Psicologia para que, de fato, a ciência e a profissão se estabeleçam como antirracistas e implicadas na luta pela igualdade racial.

5. Referências

ALMEIDA, S. *Racismo Estrutural*. Coleção Feminismos Plurais. São Paulo: Pólen, 2019.

ANJOS, J. C. G. A filosofia política da religiosidade afro-brasileira como patrimônio cultural africano. *Debates do NER (UFRGS)*, v. 13, p. 77-96, 2008. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/debatesdoner/article/view/5248>>. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-8136.5248>.

CFP, Conselho Federal de Psicologia. *Resolução nº 18 / 2002*. Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação a preconceito e discriminação racial. 2002. Disponível em: <<http://site.cfp.org.br/resolucoes/resolucao-n-18-2002/>>.

CFP, Conselho Federal de Psicologia. *Relações raciais: referências técnicas para a prática da(o) psicóloga(o)*. 1. ed. Brasília: [s. n.], 2017. 147 p. Disponível em: <<https://site.cfp.org.br/publicacao/relacoes-raciais-referencias-tecnicas-para-pratica-dao-psicologia/>>.

CHAUÍ, M. S. Ideologia e educação. *Educ. Pesqui.*, São Paulo, v. 42, n. 1, p. 245-258, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022016000100245&lng=pt&nrm=iso>. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022016420100400>.

COSTA, Y. M. P. Sociedade e escravidão no Maranhão do século XIX. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais – RBHCS*, v. 10, n. 20, julho - dezembro de 2018. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6733594>>.

CRP-SP, Conselho Regional de Psicologia – São Paulo. *História da Psicologia e as Relações Étnico-Raciais*. 2016. Disponível em: <http://www.crp.org.br/portal/comunicacao/2016_08-memoria-racial/2016_08-memoria-racial.html>.

FANON, F. *Pele negra, máscaras brancas*. Tradução: Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERRETI, M. *Mina, uma religião de origem africana*. São Luís: SIOGE, 1985.

FERRETI, S. *Repensando o Sincretismo*: Estudo sobre a Casa das Minas. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. São Luís: FAPEMA, 1995.

FLAKSMAN, C. Relações e narrativas: o enredo no candomblé da Bahia. *Relig. soc.*, Rio de Janeiro, v. 36, n. 1, p. 13-33, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-85872016000100013&script=sci_arttext&lng=pt>. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0100-85872016v36n1cap01>.

GOLDMAN, M. *A possessão e a construção ritual da pessoa no candomblé*. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, UFRJ, 1984.

GOLDMAN, M. Quinhentos anos de contato: Por uma teoria etnográfica da contramestiçagem. *Mana*, v. 21, n. 3, 641-659, 2015. Disponível em:

<https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-93132015000300641&script=sci_arttext>.
DOI: <https://doi.org/10.1590/0104-93132015v21n3p641>.

GOMES, N. L. O Movimento Negro e a intelectualidade negra descolonizando os currículos. In: BERNADINO-COSTA, J., MALDONADO-TORRES, N., GROSGOUEL, R. (Orgs.). *Decolonialidade e Pensamento Afrodiaspórico*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

LIMA, M. S. L., PIMENTA, S. G. Estágio e docência: diferentes concepções. *Poiesis Pedagógica*, v. 3, n. 3 e 4, 5-24, 2006. Disponível em:
<<https://www.revistas.ufg.br/poiesis/article/view/10542>>. DOI:
<https://doi.org/10.5216/rpp.v3i3e4.10542>.

LINDOSO, G. C. P. *Pluralismos e diversidade afro-religiosa em terreiros de mina no Maranhão: um estudo etnográfico do modelo ritual do Ilê Ashé Ogum Sogbô*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2007.

MALIGHETTI, R. Sou um mineiro, tenho tenda mineira e vivo cuidando da religião: fusões de tradições nas palavras de um mineiro maranhense e dos seus guias. *Revista Pós Ciências Sociais*, v. 11, n. 21, jan/jun, 2014. Disponível em:
<<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/2868>>.

NASCIMENTO, A. Quilombismo: um conceito emergente do processo histórico-cultural da população afrobrasileira. In: NASCIMENTO, Elisa (Org.). *Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora*. São Paulo: Selo Negro, 2009.

NOBLES, W. Sakhu Sheti: retomando e reapropriando um foco psicológico afrocentrado. In: NASCIMENTO, E. L. (org.). *Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora*. São Paulo: Selo Negro, 2009.

NOGUEIRA, Simone G. *Libertação, descolonização e africanização da Psicologia*. São Carlos: EdUFSCar, 2019.

RODRIGUES, M. F. Raça e criminalidade na obra de Nina Rodrigues: Uma história psicossocial dos estudos raciais no Brasil do final do século XIX. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, Rio de Janeiro, v.15, n.3, p.1118-1135, 2015. Disponível em:
<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812015000300019&lng=pt&nrm=iso>.

SANTOS, A. O. O enegrecimento da Psicologia: Indicações para a formação profissional. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 39, n. esp., 159-171, 2019. Disponível em:
<https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932019000500305>.
DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003222113>.

SCHUCMAN, L. V.; MARTINS, H. V. A Psicologia e o Discurso racial sobre o Negro: Objeto da Ciência ao Sujeito Político. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, v.37, n. esp., p. 172-185, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932017000500172&lng=en&nrm=iso>. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-3703130002017>.

STAROBINSKI, Jean. É possível definir o Ensaio? *Remate de Males - Revista de Teoria e História Literária*, v. 31, n. 1-2, Campinas, p. 13-24, 2011. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/remate/article/view/8636219>>. DOI: <https://doi.org/10.20396/remate.v31i1-2.8636219>.

SZTUTMAN, R. Natureza & Cultura, versão americanista – Um sobrevoo. *Ponto Urbe [online]*, 4, 2009. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/pontourbe/1468>>. DOI: <https://doi.org/10.4000/pontourbe.1468>.

VEIGA, L. M. Descolonizando a psicologia: notas para uma Psicologia Preta. *Fractal: Revista de Psicologia – Dossiê Psicologia e epistemologias contra-hegemônicas*, Niterói, v. 31, n. esp., p. 244-248, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/fractal/article/view/29000>>. DOI: https://doi.org/10.22409/1984-0292/v31i_esp/29000.

VERGER, P. F. *Orixás*. Salvador: Corrupio, 2002.